ATO PGJ N° 826/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Dr. **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no exercício da atribuição que lhe é conferida pelo art. 12, inciso XXXI, da Lei Complementar Estadual n° 12, de 18 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 129, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e na Resolução n° 26/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução n° 01-08/CSMP, de 04 de março de 2008, que trata da residência do membro do Ministério Público na Comarca de sua titularidade e define critérios de autorização excepcional de residência fora da Comarca, com as alterações feitas pela Resolução n° 02-10/CSMP;

CONSIDERANDO os fundamentos do Procedimento de Gestão Administrativa n° 3589 (GEDOC n° 000054-226/2018), que satisfazem aos mandamentos dos arts. 7º, 7º-B e 8º, da Resolução n° 01-08/CSMP,

CONSIDERANDO, por fim, a decisão do Conselho Superior do Ministério Público, na 1286ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de agosto de 2018,

RESOLVE:

AUTORIZAR, em caráter excepcional, a Promotora de Justiça Substituta **ANA SOBREIRA BOTELHO**, titular da Promotoria de Justiça de Guadalupe, a residir em Floriano/PI.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 03 de setembro de 2018

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça